

**ATO DO DIA 19 DE MARÇO DE 2020**

**O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições,**

Nº 297/2020-SEJU - **RESOLVE:** Designar o Exmo. Dr. **Luciano de Castro Campos**, Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital, Matrícula nº 162.915-8, em exercício cumulativo na 5ª Vara Criminal da mencionada Comarca, para responder, cumulativamente, pela 4ª Vara Criminal da Comarca da Capital, no período de 20/03 a 18/04/2020, durante licença médica do Exmo. Dr. **Gilvan Macedo dos Santos**.

**Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos**  
**Presidente**

---

**AVISO**

---

**O EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no ofício nº 1228/2020-SEAJE, do Excelentíssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, **AVIS** **A aos Excelentíssimos Juizes Eleitorais do 1º grau de jurisdição que, em virtude das atividades preparatórias relativas às eleições municipais vindouras, e, por necessidade de serviço, ficam integralmente transferidas para gozo oportuno as férias agendadas para 2020, bem como ficam impossibilitados do gozo de licença compensatória decorrente de plantão judiciário, no período entre 1º de julho e 18 de dezembro do corrente exercício**, devendo a Secretaria Judiciária proceder às anotações e adotar as providências necessárias, quanto à implantação do abono constitucional.

Recife, 16 de março de 2020

**DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS**  
**PRESIDENTE**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA TJPE Nº 04, 19 de março DE 2020**

Disciplina o arquivamento e posterior migração dos processos de execução fiscal em tramitação na Vara dos Executivos Fiscais Municipal da Capital no Sistema Judwin 1º Grau para o Sistema PJe 1º Grau.

**Os Excelentíssimos Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, e o Corregedor Geral de Justiça, LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:**

**CONSIDERANDO** que, por imperativo constitucional e legal, o Estado assegurará a todos, no âmbito judicial, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, da CF, e arts. 4º e 6º da Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil);

**CONSIDERANDO** os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, que pautam a atuação da administração pública, em especial o da eficiência;

**CONSIDERANDO** que o uso do meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais foi admitido e disciplinado pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006;

**CONSIDERANDO** que o Processo Judicial Eletrônico-PJe, sistema de tramitação de processos judiciais desenvolvido sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com a colaboração de diversos tribunais brasileiros, tem potencialidade para ser utilizado em todos os procedimentos judiciais;

**CONSIDERANDO** que a Resolução CNJ nº 185, de 18 de dezembro de 2013, instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como o sistema informatizado de tramitação e acompanhamento processual no âmbito do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução CNJ nº 194, de 26 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;

**CONSIDERANDO** que, enquanto não encerrados os processos físicos atualmente em tramitação, as unidades judiciais atuarão simultaneamente tanto em processos físicos quanto em feitos eletrônicos em tramitação, situação que impede o aproveitamento máximo dos benefícios do Processo Judicial Eletrônico;

**CONSIDERANDO** que a unificação dos processos em tramitação na plataforma PJe é providência que contribuirá significativamente para: (i) tornar os autos disponíveis simultânea e permanentemente para todos os sujeitos do processo (ii) eliminar inúmeras tarefas manuais (v.g. juntadas, numeração de folhas, protocolamento para fins de vista, etc.); (iii) eliminar problemas com transporte e extravio de autos, (iv) unificar procedimentos internos, (v) racionalizar e economizar os recursos orçamentários, (vi) disponibilizar espaços físicos de armazenamento e ampliar espaços de trabalho, (vii) agilizar o atendimento às partes e advogados; e para (viii) facilitar a localização dos autos (ix) adoção de automações de rotinas e (x) aplicação de Inteligência Artificial na atividade fim ;

**CONSIDERANDO** as exitosas experiências de migração de processos físicos para o Sistema PJe em vários tribunais do país;

**CONSIDERANDO** que, malgrado a Jurisprudência do STJ e do CNJ tenha se firmado no sentido de que o Poder Judiciário não pode atribuir às partes a obrigação de digitalizar os processos físicos (STJ: REsp 1448424/RS e REsp 1369433/SC. CNJ: 002696-09.2018.2.00.0000), nada impede que se lhes conceda a faculdade de apresentar mídia física removível de armazenamento com cópias digitalizadas de processos físicos, em formato PDF, para o fim de requerer a antecipação da conversão da sua tramitação em eletrônica, assegurada a conferência do arquivo, a indexação das peças processuais e o seu protocolamento eletrônico de forma padronizada pelo próprio Poder Judiciário, bem assim a intimação das partes para manifestarem concordância quanto à cópia digital;

**CONSIDERANDO** que no ofício nº 137/2020-GB/PGM encaminhado à Presidência do tribunal de Justiça de Pernambuco, com cópia para a Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital (VEFM), o Município do Recife, por seu Procurador Geral de Justiça, manifestou interesse e disponibilidade em promover a digitalização dos processos físicos em tramitação na Vara de Execuções Fiscais Municipal da Capital; em que efetivamente haja probabilidade de recuperação do crédito público;

**CONSIDERANDO** o diagnóstico presente nos relatórios “Justiça em Números” do Conselho Nacional de Justiça que vem destacando anualmente o impacto negativo gerado pela fase de execução nos dados de litigiosidade do Poder Judiciário brasileiro, que acumula alto volume processual e alta taxa de congestionamento;

**CONSIDERANDO** que a taxa de congestionamento integra, na categoria litigiosidade, o rol dos indicadores mensurados pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 4/2005 e regulamentado pela Resolução CNJ nº 76/2009;

**CONSIDERANDO** que a implantação da Estratégia Diferenciada para Execuções Fiscais é iniciativa do Plano Estratégico do TJPE para o período 2016-2022, publicado por meio da Resolução nº 384, de 17 de maio de 2016.

**CONSIDERANDO** que as ações de execução fiscais, segundo dados extraídos em março de 2020, representavam no Estado mais de 50% do todo o acervo de processo em tramitação no 1º grau de jurisdição;

**CONSIDERAÇÃO** que, a despeito da Vara de Executivos Fiscais Municipal da Capital ((VEFM) ter encerrado o exercício de 2019 com uma taxa de congestionamento de 85%, (oitenta e cinco por cento), ainda possui aproximadamente 202.925 mil processos físicos em tramitação, segundo dados extraídos do relatório TJPEMETAS em 19.03.2020;

**CONSIDERANDO** que, por força do disposto no artigo 2º da Instrução Normativa TJPE nº 11/2013, o ingresso de casos novos de execução fiscal, a partir de 1º de janeiro de 2014, só pode ser feito pelo PJe e, portanto, os processos físicos remanescentes da VEFM remontam a exercícios anteriores a 2013;

**CONSIDERANDO** finalmente que os processos físicos em tramitação na VEFM estão há ao menos 7 (sete) anos paralisados aguardando localização de bens ou outra providência necessária à regular marcha processual, com pouquíssima probabilidade de êxito na recuperação do crédito público;

#### **RESOLVEM :**

**Art. 1º** Autorizar o arquivamento de todos os processos físicos da classe execução fiscal (cód. 1116) em tramitação na Vara dos Executivos Fiscais Municipal da Capital (VEFM) de forma a possibilitar a sua digitalização e migração para o Processo Judicial Eletrônico.

Parágrafo Único: Deverão ser excluídos do arquivamento definitivo tão somente:

Os processos de execução fiscal físicos que tenham por dependência embargos à execução físicos ou eletrônicos em apenso.

Os processos de execução fiscal que tenham petição de apelação e/ou movimento de remessa ao TJPE.

**Art. 2º** Os processos ajuizados em meio físico serão convertidos para o eletrônico, por meio da migração dos processos autuados no Sistema Judwin 1º Grau para o Sistema PJe 1º Grau, observando-se as disposições da Instrução Normativa Conjunta 01/2020 e do Manual de Migração disponibilizado na seção “Manuais e Orientações” do portal do PJe do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acessível em <https://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/> e Publicada no Dje em 23.01.2020.

**Art. 3º** Por solicitação expressa de quaisquer das partes, serão desarquivados para posterior migração, os processos físicos em tramitação no Judwin 1º Grau para o Sistema PJe 1º Grau, fornecendo o interessado cópia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos físicos, e de feitos apensos, quando houver, em arquivo único em formato PDF, legível, nomeado com o NPU do processo e armazenado em mídia física removível (v.g. pendrive, HD Externo, CD/DVD).

**§1º** Recebido o arquivo, incumbirá à Secretaria da Vara:

I - conferir a cópia digital com os autos físicos;

II - indexar as peças processuais e dividir o arquivo conforme a indexação, observando o limite de tamanho permitido pelo Sistema PJe 1º Grau (3MB) e o disposto no §6º;

III - conferir classe, assunto e partes cadastrados no Judwin 1º grau, fazendo eventuais correções e observando, quanto às partes, a obrigatoriedade de inclusão de CPF/CNPJ e endereço com CEP;

IV – solucionar eventuais pendências do processo no Sistema Judwin 1º Grau, tais como juntada de petições, documentos, mandados, correspondências, avisos de recebimento e expedientes em geral;

V - incluir no Judwin 1º grau o movimento indicativo de que o processo está apto para importação pelo sistema PJe 1º Grau (Movimento Judwin 1º Grau Código 295 – “Apto para importação – PJE”);

VI - importar o processo no Sistema PJe 1º Grau, indicando, caso necessário, classe e assunto(s) válidos no PJe;

VII - indicar no Sistema PJe, por meio de marcação de campos específicos, se o processo encontra-se concluso para sentença ou suspenso, se tramita com prioridade legal ou em segredo de justiça e se há processos apensos, hipótese em que deverá associá-los no Sistema PJe 1º Grau;

VIII - conferir os dados cadastrais do processo, fazendo eventuais retificações que se façam necessárias, vincular o órgão do Ministério Público e/ou da Defensoria Pública ou Procuradoria, quando for o caso, e habilitar os advogados nos autos, salvo aqueles não cadastrados no Sistema PJe 1º Grau, hipótese em que deverá observar o disposto no §2º;

IX – incluir nos autos eletrônicos certidão com o seguinte teor: “Certifico, para os fins de direito, que, nesta data, importei para o Sistema PJe 1º Grau o NPU e demais dados cadastrais do processo físico acima referenciado, anexando aos autos eletrônicos, após digitalização e indexação, a integralidade das peças processuais respectivas, nos termos da Instrução Normativa TJPE 01, de 22 de janeiro de 2020”;

X – anexar ao processo importado a integralidade das peças processuais dos autos físicos, já digitalizadas e indexadas, observando a rigorosa ordem cronológica, e a eventual existência de documentos sigilosos;

XI - intimar, por publicação no DJe, independentemente de determinação judicial (ato ordinatório), as partes, por seus advogados, ou, quando não houver, pessoalmente, e, ainda pessoalmente, o Ministério Público e/ou a Defensoria Pública, quando for o caso, dando-lhe(s) ciência de que o processo prosseguirá em meio eletrônico, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifestarem-se quanto a eventual inexatidão relativa à cópia digital dos autos físicos ou ao próprio procedimento de importação;

XII – após o decurso do prazo, efetuadas as retificações apontadas pelas partes ou não havendo nada a retificar, realizar a validação da migração no Sistema PJe, anexando, tanto aos autos eletrônicos quanto aos físicos, certidão de conversão de tramitação do meio físico para o eletrônico com o seguinte teor: “Certifico, para os fins de direito, que, a partir desta data, o presente processo passará a tramitar exclusivamente por meio eletrônico, no Sistema PJe 1º Grau, nos termos da Instrução Normativa TJPE 01, de 22 de janeiro de 2020”.

**§2º** Na hipótese em que alguma das partes esteja representada por advogado(s) não cadastrado(s) no Sistema PJe 1º Grau, a Secretaria da Vara intima-lo-á, por meio de publicação no DJe, dando-lhe(s) ciência de que o processo prosseguirá em meio eletrônico, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, providencie(m) o cadastramento;

**§3º** Até a validação da migração a que se refere o inciso XII do §1º, eventuais pedidos de urgência serão apreciados nos autos eletrônicos, competindo à Secretaria da Vara o cumprimento das decisões respectivas.

**§4º** Lançada a certidão referida no inciso XII do §1º, caberá à Secretaria da Vara o cumprimento dos atos processuais relativos ao feito cuja tramitação foi convertida para o meio eletrônico.

**§5º** Finalizada com sucesso a importação do processo pelo sistema PJe 1º Grau, a informação será incluída de forma automatizada no Judwin 1º grau (Movimento Judwin 1º Grau Código 296 – “Processo importado para o PJE”).

**§6º** A cópia digitalizada abrangerá a integralidade dos autos físicos, com observância da ordem sequencial de todas as folhas, e, quando da indexação, serão identificadas obrigatoriamente as seguintes peças processuais:

I - petição inicial

II – Certidão de Dívida Ativa (CDA)

III – procurações, substabelecimentos e atos constitutivos;

IV – citações e intimações;

V- exceção de pré-executividade.

VI – impugnações e outras petições

VII - atas de audiências;

VIII- laudo de avaliação

IX-manifestação das partes sobre avaliação.

X - documentos apresentados pelas partes devidamente classificados;

XI - ofícios expedidos e recebidos;

XII – acórdãos e decisões de 2º Grau;

XIII - guias de depósitos;

XIV – certidões e carimbos de juntada;

XV – despachos, decisões e sentenças lançados nos autos.

**§7º** A importação do NPU e dados cadastrais do processo físico para o Sistema PJe 1º Grau estará disponível para os servidores aos quais for concedida habilitação no perfil “Importador Processo Judwin”, mediante indicação do Juiz ou Chefe de Secretaria da Vara, a ser encaminhada por meio de abertura de chamado na Central de Serviços da Secretaria de Tecnologia e Comunicação – Setic.

**§8º** A solicitação de habilitação do servidor no perfil “Importador Processo Judwin” será formulada por meio de abertura de chamado junto à Central de Serviços da Setic, pelo Juiz ou Chefe de Secretaria da Unidade, devendo o servidor indicado ser habilitado a importar apenas os processos físicos em tramitação;

**§9º** . Protocolado o requerimento de antecipação da migração e apresentada a cópia digitalizada pela parte nos termos do *caput*, o processo continuará tramitando fisicamente até a sua efetiva importação para o Sistema PJe 1º Grau, cabendo à Secretaria da Vara a digitalização das folhas que venham ser acrescidas aos autos após a apresentação da mídia pela parte.

**Art. 4º** Após a importação do processo físico para o Sistema PJe 1º Grau, com a inclusão, no Sistema Judwin 1º grau, do movimento Código 296 – “Processo importado para o PJE”, é vedado o protocolamento de petições e documentos em meio físico.

**§1º** As petições e documentos apresentados em meio físico após a importação do processo para o Sistema PJe 1º Grau não serão recebidas pelo Setor de Protocolo.

**§2º** Excepcionalmente, no caso de comprovada urgência, para evitar perecimento de direito, a Secretaria da Vara, devidamente autorizada pelo juiz, poderá receber petições e documentos em meio físico, devendo providenciar a digitalização e inserção no Sistema PJe 1º Grau, nos termos

do disposto no art. 25 da Instrução Normativa TJPE 03, de 01 de fevereiro de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico – DJe de 02 de fevereiro de 2018.

**Parágrafo único.** Após a digitalização de que trata este artigo, proceder-se-á na forma disposta nos §§1º a 6º do art. 3º e no art. 4º desta Instrução.

**Art. 5º** Devolvidos pelo Tribunal de Justiça à Vara processos físicos, a Secretaria intimará as partes, cientificando-as de que eventuais requerimentos de cumprimento de sentença deverão observar o disposto na Instrução Normativa TJPE 13/2016 (DJe 27/05/2016), e, em seguida, arquivará o feito.

**Parágrafo único.** Na hipótese de anulação da sentença, após o retorno dos autos físicos à primeira instância, a Secretaria da Vara providenciará a sua migração do Sistema Judwin 1º Grau para o Sistema PJe 1º Grau, observando o disposto nesta Instrução Normativa.

**Art.6º** Os casos omissos de ordem jurisdicional serão decididos pelo juiz responsável pela condução do processo, e os de ordem técnica, resolvidos pela Presidência após parecer do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico - CGPJE/PE do 1º Grau.

**Art.7º.** Na hipótese de existência nos autos físicos de documento(s) cuja digitalização seja tecnicamente inviável em razão do formato ou de eventual ilegalidade, nos termos do art. 20 da Instrução Normativa TJPE 03/2018, indicando as folhas em que se encontram, caso em que os autos físicos permanecerão na secretaria da vara até o trânsito em julgado.

§1º Se o juiz não reconhecer a inviabilidade de digitalização do(s) documento(s), concederá prazo de 15 (quinze) dias para a parte apresentá-lo(s) digitalizados no formato previsto no art. 2º, *caput*.

§2º A eventual existência nos autos físicos de documento(s) cuja digitalização tenha sido considerada tecnicamente inviável será certificada pela secretaria nos autos eletrônicos.

**Art.8º.** Durante os primeiros seis meses de vigência da presente instrução normativa, as petições e documentos apresentados em meio físico no último dia de prazo em curso, quando relativos a processos já importados para o Sistema PJe 1º Grau, serão recebidos em meio físico pela Secretaria da vara respectiva, que providenciará a sua digitalização e inserção nos autos eletrônicos.

**Art.9º** Esta instrução normativa entra em vigor após a sua publicação.

Recife-PE, 19 de março de 2020.

Desembargador **Fernando Cerqueira Norberto dos Santos**

Presidente

Desembargador **Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

Corregedor

#### Portaria nº 12/2020

**Ementa:** Suspende a escala do Plantão no Posto Avançado do Juizado Especial Cível Itinerante do Aeroporto até ulterior deliberação.

O Excelentíssimo Desembargador **FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no uso das atribuições legais e regimentais e:

**CONSIDERANDO** a vigência da escala anual do plantão de Magistrado no Posto Avançado do Juizado Especial Cível Itinerante de Pernambuco, conforme Portaria nº 09/2020;

**CONSIDERANDO** a adoção das medidas preventivas para o combate a propagação do Coronavírus, por meio do Ato nº 1027/2020, publicado no DJe de 17/03/2020 e a suspensão das atividades do Juizado Especial Cível Itinerante do Aeroporto, conforme exposto no Art. 19 do referido Ato;

**CONSIDERANDO** que a Portaria Conjunta nº 05/2020, publicada no DJe de 18/03/2020, em seu Art. 3º determina a atuação dos Magistrados em regime remoto, inclusive finais de semanas, dando preferência às demandas de urgência e emergência e,

**CONSIDERANDO** finalmente que, neste contexto, a escala perde o efeito pretendido, tornando-se inócua no período de suspensão do expediente presencial estabelecido.

**RESOLVE** :

**Art. 1º SUSPENDER**, a partir de 18.03.2020 e até 30 de abril de 2020, a escala anual dos plantões Judiciais para os Magistrados estabelecida pela Portaria nº 09/2020, publicada no DJe de 28/02/2020

**Art. 2º ESTABELECE** que, após a retomada dos serviços, será publicada Portaria com novo cronograma.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 19 de março de 2020.

Desembargador **FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS**

Presidente